

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - RS

Em atenção:

Sr (a). Prefeito (a) Municipal

Ref. Edital_de_concorrência_pública_nº002/2023 -

I O BARBOSA RI PROJETOS, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 46.226.655/0001-83, com sede na Rua José Marcelino, nº77, Centro, CEP: 29.015-120, Vitória-ES, neste ato representada pelo Sr. IGOR ODILON BARBOSA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.225.015-12061489 SPTC/ES e do CPF n.º 132.045.757-64, vem, **IMPUGNAR** conforme segue:

A. DOS FATOS

O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando “Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de Campo Bom – RS, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro, em anexo.”.



Porém, a ora Impugnante evidenciou, a presença de vício que afeta todo o processo, cuja prévia correção se demonstra indispensável à abertura do certame e a formulação de propostas.

Face o interesse público evidente do procedimento em destaque, por toda sua amplitude, **SOLICITA-SE** a análise do mérito desta Impugnação pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar futuros prejuízos maiores para o erário público, ao qual o certame será extremamente lesado no caso de não retificação ao Edital. É o que passa a demonstrar a seguir.

B. DA TEMPESTIVIDADE

Antes de iniciar-se a análise do mérito da presente impugnação, cabe discorrer sobre a tempestividade da peça que ora se propõe. A data da sessão de lances do presente certame, está designada para o dia **07/06/2023**. Estabelece o instrumento convocatório do certame que as impugnações poderão ser apresentadas pelos licitantes até o terceiro dia útil que antecede a abertura da licitação.

Aplicando-se a regra de contagem de prazos enunciada no art. 110 da Lei no 8.666/93 vê-se que o dia da licitação (dia de início) é excluído da contagem do prazo, findando-se no dia **02/06/2023**, que, por ser o dia do término do prazo, nele se inclui, conforme a lei.

Assim, a peça de impugnação protocolizada até o dia 02/06/2023, é totalmente tempestiva, impugnando-se as alegações em contrário.

C. DO DIREITO

1.1. Da aglutinação do objeto



O presente processo licitatório tem como finalidade o com a contratação de empresa para prestação de serviço de melhorias do Manutenção, modernização, revisão e melhoras do sistema de iluminação pública, semafóricas redes elétricas e lógicas prediais. Veja:

FERRAMENTAS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, REVISÃO, MELHORIAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SEMAFÓRICA E REDES ELÉTRICAS E LÓGICAS PREDIAIS, EM CARÁTER DE SERVIÇOS CONTINUADOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM – RS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS

Sendo que, por entendermos que as normas do edital afrontam as disposições da Lei 8666/93 e ao Tribunal de Contas da União – que determinam que a contratação dividida dos serviços, apresenta-se a presente impugnação a fim de que a Comissão de Licitações promova as retificações necessárias, conforme se passa a mostrar.

Conforme foi apontado, a administração busca por meio de um presente processo licitatório fazer uma única ata de registro de preço de materiais elétricos, iluminação pública e hidráulico. Entretanto, esse tipo de natureza distinta acaba prejudicando a competitividade das empresas.

Sendo assim, ao promover esse tipo de edital o gestor público precisa demonstrar, na instrução processual os benefícios ou prejuízos de aglutinar os objetos. Nesse sentido, a ilegalidade do ato fica caracterizada por violar expressamente o que dispõe o art.15, IV e 23, §1º da Lei 8.666/93, que determina como regra para contratação pelo poder público, a contratação dividida dos serviços.

A Lei nº 8.666/93 é explícita ao determinar o parcelamento do objeto como regra, conforme se verifica do art. 15, IV, e do art. 23, §1º:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias



para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando
PROJETOS
economicidade;

**Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos
I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos
seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da
contratação:**

(...)

**§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela
Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se
comprovarem técnica e economicamente viáveis,
procedendo-se à licitação com vistas ao melhor
aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à
ampliação da competitividade sem perda da economia de
escala.**

Com relação ao tema, o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, como orientação, assim explica quanto a restrição a competitividade provocada pela aglutinação infundada:

Tratando-se de processo licitatório, o termo “aglutinação” significa agrupar mais de um serviço ou produto em um único objeto a ser licitado. Entretanto, a opção pela aglutinação deve ser acompanhada de uma justificativa apropriada que assegure a ampla competitividade do certame. Isto porque a aglutinação do objeto é medida excepcional em razão do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, que impõe o fracionamento como regra. Em tese, não há impedimento legal à aglutinação de produtos em lotes, desde que seja considerado o agrupamento de produtos afins, a título de garantir maior competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos. Uma aglutinação infundada impede a participação de licitantes incapazes de fornecerem todos os serviços que compõem o objeto do edital, por exemplo, uma aquisição de autopeças atreladas a um serviço de instalação, tal agrupamento restringe a participação de empresas cujo objeto social seja apenas a venda de autopeças. E foi devido à aglutinação de serviços distintos em um único processo licitatório que o Colegiado Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo decidiu pela procedência da representação contra



o edital do Pregão Eletrônico SESP nº 001/2019, promovido pela Secretaria Estadual de Esportes. Uma licitação em que o objeto consistia na contratação de empresa especializada tanto para a prestação de serviços de limpeza, controle micro bacteriológico e controle químico de piscina quanto para serviços de monitoramento aquático como vigilância, orientação de usuários das piscinas e salvamento de banhistas. Para o Ministério Público de Contas, as atividades de monitoramento aquático deveriam ser licitadas em lote ou em certame específico, possibilitando outro universo potencial de participantes. Diferentemente das atividades de limpeza, controle microbacteriológico e controle químico de piscinas que são da responsabilidade técnica de um profissional Engenheiro Químico, sujeito à fiscalização do Conselho Regional de Química – CRQ. Na sessão do dia 08 de maio, ao acolher as impugnações contra o edital, o relator da matéria, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, determinou que, havendo o interesse, a Secretaria de Esportes deverá promover licitações distintas para a contratação dos serviços descritos.

Logo, a prática adotada pelo município afronta o disposto no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993 que veda a adoção de cláusulas ou condições que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

Ademais, sobre a questão, o Tribunal de Contas da União, para garantir a maior participação de licitantes em um certame, assim consolidou o seu posicionamento acerca da obrigatoriedade do fracionamento do objeto, por meio da Súmula 247.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Portanto, como se não bastasse a obrigatoriedade de que a licitação seja realizada item a item e não lote fechado, não tem nenhuma justificativa convincente



de que o objeto aglutinado de forma realizada, desse modo, se tem uma nova violação ao entendimento do Egrégio Tribunal de Contas dos Estado do Paraná que em resposta a Consulta (673167/19), pelo seu acórdão nº931/2020, do Tribunal Pleno, de relatoria do Auditor Tiago Alvarez Pedroso, que possui força normativa e é de observância obrigatória pela Administração.

Consulta. Conhecimento e resposta.

I. Apenas em circunstâncias específicas, de caráter técnico ou econômico, atinentes às peculiaridades do licitante, é possível autorizar a aglutinação dos serviços a serem licitados em lote único, desde que devida e expressamente motivado pelo gestor, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93. II. É obrigatória a elaboração de planilha detalhada com a indicação da composição dos custos unitários relacionados a cada obra ou serviço licitado, por se tratar de exigência expressa do art. 7º, §2º, II, da Lei nº 8.666/93, não sujeita a qualquer condicionante ou relativização, e cuja inobservância acarretará a nulidade do procedimento licitatório, nos termos do art. 7º, §6º, da Lei nº 8.666/93.

Do voto do ilustre Relator, destaca-se o seguinte trecho que menciona a obrigatoriedade de justificativa expressa para a realização de licitação em lote único:

É válido destacar que a análise acerca da possibilidade de parcelamento é tarefa do gestor público, e não é possível ao Tribunal de Contas definir em sede de consulta quais serviços podem ser licitados de modo global e quais devem ser parcelados, pois tal análise demanda a verificação de características específicas de cada jurisdicionado e do objeto a ser licitado. Deve-se ressaltar que eventual escolha pela licitação por lote único deverá estar expressamente justificada no processo administrativo da licitação.

Por tudo exposto, é observado que em nenhum momento se teve tal justificativa para que seja feita uma licitação com objetos de Manutenção, modernização, revisão e melhoras do sistema de iluminação pública, semafórica Redes elétricas e lógicas prediais.

1.2. DO PEDIDO DE ATESTADO DE ENGENHEIRO CIVIL

Além de todo o exposto, temos ainda o fato de que na minuta do contrato em seu item 4.1.3, que não faz sentido algum que seja requerido



declaração de engenheiro civil, já que a obra se trata de caráter elétrico e não obra de construção civil. Veja:

4.1.3. Declaração do Engenheiro Civil/Arquiteto Residente da obra acompanhada pelo registro no órgão competente, comprovando será o responsável e estará diariamente no canteiro de obras, manterá o Diário da Obra atualizado e participará de todas as reuniões agendadas.

Entretanto, o sistema CONFEA determina que um engenheiro civil poderá assinar projetos com cargas de 75KVA. No entanto, causa estranheza a solicitação de um profissional com essa atribuição, considerando que a licitação engloba 18000 pontos, além das manutenções prediais. Só dentro da manutenção, considerando uma potência de 100W (estimativa), teríamos em média 180kW, ou, com fator de potência mínimo pelo INMETRO, 192kVA

D. DOS PEDIDOS

Diante todo o exposto e sempre respeitosamente, requer-se:

- a) Que seja readequado o edital para que conste os objetos em editais diferentes e ainda;
- b) Que deixe de ser exigido a assinatura de engenheiro civil para que seja assinado o contrato, pois não faz sentido para obra elétrica um engenheiro civil.

I O BARBOSA RI PROJETOS
Igor Odilon barbosa